

EDITORIAL

Torcer o cano do revólver – é o que nos mostra o monumento à não violência exposto em frente à sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque. Concebido depois do assassinato do cantor John Lennon, a obra faz parte de um projeto internacional pela não violência com réplicas espalhadas por diversas cidades do mundo.

Falar sobre violência e seus modos de enfrentamento se faz pertinente, ainda mais com dados tão alarmantes acerca da letalidade brasileira. Estudos como os do **Atlas da Violência**, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 2019, apontam que as maiores vítimas de homicídio no país são jovens – cerca de 60% das mortes de homens entre 15 a 19 anos – negros, LGBT+ e mulheres. Apesar desses dados, as políticas de governo insistem em atentar contra os direitos humanos e inflamam ainda mais o cenário de horror. Persiste, entre outras ações, na flexibilização do porte de armas e aprovação do excludente de ilicitude.

O mesmo estudo aponta que os números de mortes violentas não são ainda mais alarmantes porque o Estatuto do Desarmamento de 2003, embora severamente criticado e atacado por alguns seguimentos da sociedade, desempenhou significativo impacto na escalada armamentista da população. Bolsonaro, ao avesso disso, na criação de seu novo partido, escancara símbolos que evidenciam o movimento neofascista que tem colocado em voga sua atuação enquanto “político de carreira”.

O *Aliança pelo Brasil* tem sua escrita cravejada em projéteis de arma de fogo, 38 como número de sua legenda – clara referência ao calibre de um revólver –, além de seus integrantes manterem o sinal de “arminha” feito com as mãos como uma espécie de continência e submissão ao poderio de um Führer à brasileira. Poderíamos pensar em uma sequência de coincidências, haja vista o absurdo, mas é evidente o regozijo de seus integrantes ao pronunciar a escolha de seus símbolos e colocá-los supostamente a serviço dos bons e conservados costumes e da moral cristã.

Infelizmente, esse movimento de empuxo à violência não é exclusivo do presidente da república e seus comandados. Alguns governos locais, em suas ingerências, estimulam a letalidade como política de Estado. Citamos como exemplo o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel. Em meio a uma das mais icônicas crises de segurança pública dentre os Estados da federação – motivada, entre outros fatores, pela corrupção do colarinho branco, pela inoperância das agências de inteligência no combate ao tráfico e pela ineficiência de políticas públicas –, o governador retirou o incentivo dado às polícias pela diminuição da

letalidade em suas intervenções. Em outra ocasião, após morte do sequestrador de passageiros de um ônibus na capital fluminense, comemorou publicamente a ação como um gol em final de Copa do Mundo.

Mas nem tudo são trevas. Movimentos pró-direitos humanos têm se organizado em forma de resistência contra a política opressora desses governos. Tal como a foto em destaque na página dois: para cada placa quebrada, outras dez erguer-se-ão! Imersos nesse movimento, apresentamos, neste volume, textos que dialogam com essa temática.

Abrimos a seção de artigos com o estudo de Bruno Fedri e Natália Silva, psicólogos(as) do Centro de Referência e Apoio à Vítima (CRAVI), no qual apresentam as particularidades e os desafios da experiência de atendimento em grupos para familiares de vítimas de homicídio e feminicídio.

Em seguida, os enfermeiros Fernando Santos e João Marcolan, falam sobre saúde mental e o trabalho em rede desenvolvido pelos profissionais do Centro de Convivência e Cooperativa (CECCO).

Regina, pedagoga, apresenta parte dos resultados de sua pesquisa de mestrado na área da educação com adolescentes em conflito com a lei, internados no estado do Pará.

Na seção de *Relatos de Práticas*, o musicista e socioeducador Mumu de Oliveira, apresenta sua obra intitulada *Samba contra a redução da maioria penal*. Além de exímio cantor, Mumu traz em sua arte o movimento pela garantia de direitos do adolescente, população encarcerada e negra do Brasil.

Luiz Novais, estudante de psicologia, fala de suas escolhas enquanto psicólogo em formação e de sua experiência no *Coletivo Psicologia nas Fronteiras*.

Na seção *Vozes em Manifesto*, Patrus Ananias, advogado e deputado federal por Minas Gerais, tece reflexões acerca das (im)possibilidades de uma escola sem partido.

Já no *Encarte Especial*, reunimos interessantes trabalhos de médicos residentes do curso de psiquiatria da Escola Municipal de Saúde/Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. Articulam suas experiências no campo da saúde mental com a linguagem do cinema.

Desejamos uma excelente leitura.

Pathos presente!

Editores